



## ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e democracia e havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da Sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Segunda Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Dois da Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 5.500/2025, do Ministério dos Povos Indígenas; Ofício nº 13/2026, do Ministério da Saúde; Processo nº 00010036-50.2025.8.12.9012, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 18/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 526/2025, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 4/2026, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 50.845, 51.607, 51.610, 51.616, 51.619, 51.622, 51.625, 51.628, 51.631, 51.634, 51.641, 51.915, 51.918, 51.930 e 51.933/25 e 53.117, 53.149, 53.285, 53.291, 53.294, 53.329, 53.332 e 53.335/26, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.964, 1.965, 1.966, 2.011 e 2.012/25 e 68, 74, 75 e 78/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Cartas nºs 1.460 e 1.476/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul; E-mail, da Catedral Nossa Senhora Imaculada Conceição; Ofício nº 1/2026, da Farmácia Básica Municipal de Santa Rita do Pardo; Carta nº 00207/2026, da Vivo Telefônica. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Coronel David, Junior Mochi, Marcio Fernandes e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Jamilson Name e Caravina. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Junior Mochi. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 117/2022, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 307/2025, de autoria do Poder Executivo, com votos favoráveis do deputado João Henrique. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique, endereçada aos familiares de Antonia de Lima Acosta; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada*

*aos familiares de Virma Nantes; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada à desembargadora Jaceguara Dantas, pela posse, ocorrida em 3 de fevereiro de 2026, no cargo de conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); requerimento de moção de aplauso, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais na Região da Grande Dourados (Sinjorgran ); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos senhores Osiel Moraes Oliveira e Almir Silva Santos, pela relevante e honrosa participação no reality show Pedreiro Top Brasil, programa de alcance nacional que tem como objetivo valorizar e reconhecer os profissionais da construção civil, evidenciando a importância social, econômica e técnica da profissão; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à senhora Ana Maria Pavanelli, por sua notável contribuição à educação, ao empreendedorismo feminino e à representatividade da mulher sul-mato-grossense no cenário nacional e internacional; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao senhor Rudi Fiorese, por assumir o comando da Agência Estadual de Gestão de Empreendimento (Agesul) como diretor-presidente. Foi pedido vista do requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Paulo Duarte, Protocolo nº 30/2026, pelo deputado João Henrique. requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao presidente da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário e Montagem Industrial de Mato Grosso do Sul, senhor José Abelha Neto; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Igreja Uniedas, localizada no município de Aquidauana, pela celebração de seus cem anos de fundação; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Gleice Jane, Zeca do PT e Zé Teixeira; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Jamilson Name, Gleice Jane, Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Paulo Duarte e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária de 10 de fevereiro de 2026: Ofício nº 3.509/2025, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 4.534/2025); Ofício nº 11/2026, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando encerramento do Termo de Compromisso nº 424/2011 — Sistema de Esgotamento Sanitário — Prestação de Contas Final aprovada integralmente (Prot. nº 085/2026); Ofício nº 45/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando o anteprojeto de lei que altera o Regimento de Custas Judiciais do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 20/2026, da Defensoria Pública - Núcleo dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica de Mato Grosso do Sul, encaminhando o Edital nº 01/2025 – II Concurso Público Alems – Item 7.6 – Exigência cumulativa; Ofício nº 23/2026, do Poder Executivo, encaminhando Prestação de Contas do 4º trimestre relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul) (Prot. nº

001/2026); Ofícios n<sup>os</sup> 1-0047, 1-0049, 1-0870, 1-0871, 0829, 0844, 0845/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando repasse celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Caixa Econômica Federal. Créditos de Recursos Financeiros. Contrato de Repasse celebrado entre o Fundo Especial de Saúde e a Caixa Econômica Federal (Prot. n<sup>os</sup> 013/2026, 006/2026, 5104/2025, 017/2026, 010/2026, 011/2026); Ofícios n<sup>os</sup> 0122 e 0131/2026, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Rescisão Contratual e Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. n<sup>os</sup> 066/2026, 092/2026); Ofícios n<sup>os</sup> 51.644, 51.647, 51.650, 51.657, 51.841, 51.921, 51.925, 53.446/2025 e 26, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos e/ou indicações dos deputados Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Junior Mochi e Gleice Jane; Ofício n<sup>o</sup> 26.863/2025, da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. n<sup>o</sup> 4591/2025); Ofícios n<sup>os</sup> 28 e 35/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Antonio Vaz e Pedro Kemp (Prot. n<sup>os</sup> 306/2025, 3322/2025); Ofício n<sup>o</sup> 1.506/2025, da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo; Ofício n<sup>o</sup> 4/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Jamilson Name e Antonio Vaz (Prot. n<sup>o</sup> 4817/2025); Cartas n<sup>os</sup> 9, 16, 17, 39 e 74/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane, Pedro Kemp, Junior Mochi e Caravina (Prot. n<sup>os</sup> 4730/2025, 4835, 4897, 4926, 5082, 4920/2025); Ofício n<sup>o</sup> 0125/2025, da Motiva Pantanal, encaminhando Relatório do Verificador Independente - BR - 163/MS; Cartas n<sup>os</sup> 00213, 03657 e 03663/2025 e 2026, da Vivo Telefônica, respondendo às indicações dos deputados Junior Mochi, Lidio Lopes e Roberto Hashioka (Prot. n<sup>os</sup> 4769, 2420/2025, 2679/2025); Projeto de Lei n<sup>o</sup> 00005/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei que cria cargos na estrutura funcional do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, conforme sua solicitação, foi lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Registramos e agradecemos a presença do ex-deputado estadual Contar. Seja bem-vindo!

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Luiz Brandão Vilela, secretário municipal de Saúde de Campo Grande, solicitando providências urgentes para regularizar o fornecimento de reagentes laboratoriais necessários à realização de exames na rede pública municipal desta Capital. Pacientes de Campo Grande foram ao nosso gabinete e relataram a falta de reagentes laboratoriais essenciais para a realização de exames como colesterol, triglicerídeos, albumina, entre outros, em todos os postos de saúde do município, conforme informações apresentadas. A falta desses insumos decorre da indisponibilidade no Laboratório Central Municipal, responsável pela análise dos exames após a coleta realizada nas unidades básicas de saúde. Sem os reagentes adequados, torna-se impossível a realização dos exames, comprometendo o acompanhamento e o diagnóstico

de inúmeras condições de saúde. Ressalta-se que o problema se iniciou em 2025, gerando prejuízos significativos à população, especialmente aos usuários do Sistema Único de Saúde, que dependem exclusivamente da rede pública. Diante da demora na regularização, muitos cidadãos estão sendo obrigados a arcar com os custos em laboratórios particulares para não interromper tratamentos e acompanhamentos médicos de urgência. Dessa forma, solicitamos providências urgentes, tendo em vista a necessidade de medidas imediatas, a fim de garantir o direito constitucional à saúde, assegurando a continuidade dos serviços laboratoriais essenciais à prevenção, ao diagnóstico e ao controle de doenças. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Magnífica Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, senhora Camila Celeste Brandão Ferreira Ítalo, com cópias ao Pró-Reitor de Graduação, senhor Cristiano Costa Argemon Vieira, e à Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Esporte, senhora Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques, em razão do lançamento, no âmbito do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa, de processo seletivo inédito destinado ao ingresso de pessoas com 60 anos ou mais nos cursos de graduação da instituição e pela oferta de duas mil novecentos e setenta vagas em atividades de extensão, cultura e esportes, distribuídas nos polos da Unap, em Campo Grande, Aquidauana, Chapadão do Sul, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Corumbá, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Era o que eu tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Senhor presidente, demais colegas e senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão, bom dia! Hoje nós comemoramos o Dia do Esporte, fruto, inclusive, da Lei Estadual nº 6.275/2024, de minha autoria. Celebramos o Dia do Atleta, uma data que reconhece homens e mulheres que dedicam suas vidas ao esporte, muitas vezes enfrentando dificuldades, falta de estrutura e de apoio, mas que, ainda assim, seguem firmes, movidos pela disciplina, pela superação e pelo amor ao que fazem. Valorizar os atletas é investir em saúde, inclusão social, educação e cidadania. O esporte afasta os jovens da violência e das drogas, fortalece valores como respeito, trabalho em equipe e perseverança e constrói um futuro melhor para Mato Grosso do Sul. Que esta data não seja apenas simbólica, mas um compromisso permanente do poder público com políticas que incentivem, protejam e valorizem o esporte em todas as suas modalidades. Fica o meu apreço a todos os atletas do nosso estado. Por último, uma moção de pesar. Faleceu, nesta madrugada, um grande amigo nosso, o senhor Ricardo Éboli, funcionário do Estado. Trabalhou por muito tempo aqui no Imasul e foi meu colega assessor, juntamente comigo, no gabinete do deputado doutor Sandro Fabi. Nesta madrugada, 1h30, eu recebi um telefonema do doutor Marieto, defensor público, concunhado dele, informando seu falecimento aqui em Campo Grande. Portanto, quero registrar meu sentimento de pesar aos familiares enlutados. Que Deus os fortaleça! O velório ocorrerá hoje, a partir das 10 horas, no Cemitério Palmeiras, ao lado da UCDB. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Caro deputado Professor Rinaldo, eu quero assinar com Vossa Excelência essa moção. O Ricardo Éboli foi um grande defensor do meio ambiente. Fizemos várias audiências e reuniões juntos. Ele vai deixar saudade. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Registramos e agradecemos a presença do senhor João Carlos Vera González, vereador do município de Nioaque.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União) — Senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores aqui presentes e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS, bom dia! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, senhor Rudi Fiorese, solicitando, em regime de urgência, a realização de estudo de viabilidade técnica para a construção de uma ponte de concreto interligando os municípios de Terenos e Dois Irmãos do Buriti, na região do Luara, localizada na Rodovia MS-355. Justificativa: as recentes e intensas chuvas provocaram danos estruturais relevantes na ponte existente, comprometendo sua capacidade de suporte e gerando risco iminente de desabamento, o que afronta os princípios da segurança e da eficiência da administração pública. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Senhor presidente, com a aquiescência de Vossa Excelência, quero dizer que eu estive representando a Assembleia Legislativa, na sexta-feira passada, na posse do reitor padre Hermenegildo Conceição Silva, mais conhecido como Padre Gildo. Quero encaminhar uma moção a ele. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao padre Hermenegildo Conceição Silva, e aos pró-reitores padre Elias Roberto e senhor Michel Ângelo Constantino de Oliveira, todos da Universidade Católica Dom Bosco, em reconhecimento às suas respectivas posses e ao compromisso assumido com a educação superior, com a formação integral do ser humano e com o desenvolvimento educacional, social e humano do Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, senhor presidente, eu encaminho esta moção acreditando que todos nós só vamos mudar a nossa cidade, o nosso estado e a nossa nação por meio da educação. Eu tive o privilégio de representar os demais colegas deputados na posse do Padre Gildo. Desejo a ele uma ótima gestão. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Registramos e agradecemos a presença do senhor Pablo Juan Correia, vereador do município de Nioaque, e do presidente da Confederação Nacional dos Policiais Civis, senhor Jean Carlos Miranda.



**DEPUTADO LÍDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Renato Câmara! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia! Senhor Presidente, quero apresentar uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares do senhor Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 7 de fevereiro. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado Lídio Lopes, solidariza-se com os familiares do senhor Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2025, aos 84 anos, no município de Ponta Porã. Paulo Roberto Capiberibe deixa sua esposa: Irma Isabel G. Saldanha, e seus filhos: Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha, promotor de justiça em Campo Grande; Rodrigo Otávio Pinto Capiberibe Saldanha e Ana Carolina Pinto Capiberibe Saldanha, além de familiares, amigos e admiradores. Lamentamos sua partida, mas preservamos, com respeito e gratidão, sua memória e seu legado. Paulo tornou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), possuindo sólida formação acadêmica, enriquecida por estudos em desenvolvimento social, político e econômico dos Estados Unidos e da América Latina, realizados em universidade naquele país. Construiu uma trajetória marcada pelo compromisso com o desenvolvimento regional e com o fortalecimento das instituições públicas. No setor empresarial, destacou-se como sócio da empresa Douradiesel Caminhões e como diretor-superintendente da Douradiesel S/A, em Dourados, contribuindo significativamente para o crescimento econômico da região e para a geração de oportunidades à população sul-mato-grossense. No serviço público, exerceu funções relevantes, atuando como advogado nas comarcas de Rondonópolis (MT), Ponta Porã e Dourados (MS). Também desempenhou, com dedicação, atividades no magistério, lecionando as disciplinas de Organização Social e Política Brasileira e Estudos dos Problemas Brasileiros; além de exercer o cargo de diretor da Escola Técnica de Comércio Joaquim Murtinho, em Ponta Porã, e atuar como procurador jurídico na iniciativa privada, sempre pautando sua atuação pela ética, responsabilidade e compromisso social. Na política, deixou marcas profundas. Foi eleito deputado estadual pelo então Estado de Mato Grosso, no período de 1970 a 1978, chegando à presidência da Assembleia Legislativa, de 1976 a 1978. Posteriormente, foi eleito deputado estadual por Mato Grosso do Sul, participando ativamente do processo de estruturação institucional do novo estado, exercendo funções de destaque, como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, integrante da Mesa Diretora e deputado constituinte, contribuindo decisivamente para a consolidação das bases políticas e administrativas de MS. Sua atuação institucional alcançou ainda maior relevância com a criação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1980, quando passou a integrar o primeiro Conselho Deliberativo da Corte de Contas, na condição de conselheiro fundador. Ao longo de 32 anos de dedicação ao Tribunal de Contas, presidiu a instituição por três mandatos, exerceu a vice-presidência em diversas gestões, atuou como corregedor e presidiu a Segunda Câmara, deixando um legado de seriedade, competência e compromisso inabalável com a boa gestão dos recursos públicos. Eu, deputado Lídio Lopes, tive a honra e o privilégio de conviver e trabalhar com Paulo Saldanha no Tribunal de Contas, oportunidade em que pude



testemunhar sua grandeza como homem público, sua sabedoria jurídica, sua serenidade nas decisões e seu profundo respeito às instituições e às pessoas. Sua postura ética e seu exemplo de dedicação ao serviço público permanecerão vivos na memória de todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Sua história permanecerá como exemplo de dedicação à vida pública, de defesa das instituições democráticas e de compromisso com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Ele viveu com dignidade, honrou seus deveres como cidadão e como homem público, deixando saudades e eternizando, na memória de todos que com ele conviveram, a imagem de um homem íntegro, justo e comprometido com o bem comum. Que se dê conhecimento à família enlutada da presente manifestação de nossa profunda tristeza por tão irreparável perda, unindo-nos em solidariedade e rogando a Deus que conceda força, consolo e serenidade para superar este momento de dor. Era o que eu tinha, senhor presidente. Pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Senhor presidente, eu faço esta moção de pesar com muita honradez, tendo em vista que tive a oportunidade de trabalhar no Tribunal de Contas. Ingressei na instituição com apenas 17 anos, como office-boy, e, aos 19 anos, tornei-me o mais jovem chefe de gabinete daquela Corte de Contas. Foi exatamente com dois conselheiros — entre eles, o saudoso Paulo Saldanha — que tive a oportunidade de trabalhar durante 14 anos. Pude acompanhar e presenciar a trajetória de um homem de vida proba, com muita honradez, um político que deixou para mim a referência de homem honrado e sério. Nunca vi nada que o desabonasse, nada que maculasse sua postura como político neste estado nem como conselheiro do Tribunal de Contas. Confesso que boa parte do que aprendi a fazer na política foi com o Paulo Saldanha. Foi com ele que caminhei por este estado, trabalhando e aprendendo a fazer a política antiga, a política da simplicidade, de visitar as pessoas, de exercer o companheirismo, de realmente reconhecer as pessoas — não a política profissional como a que vemos nos dias atuais. O doutor Paulo não deixou órfãos apenas os seus filhos; deixou órfãs centenas de pessoas que conviveram com ele ou que tiveram a oportunidade de trabalhar ao seu lado. Perde Ponta Porã, perde Mato Grosso do Sul, perde o Brasil. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Eu quero solicitar ao deputado Lidio que me permita assinar junto com ele essa moção de pesar.



**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria de propor — por se tratar de um ex-deputado desta Casa e ex-conselheiro do Tribunal de Contas — que o deputado Lidio permita que a moção seja transformada em nome da Casa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Quero me somar ao deputado Junior Mochi em sua solicitação, devido à importância do senhor Paulo Saldanha.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Que a moção seja transformada em nome da Casa.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicitação aceita. Vamos enviar a moção em nome da Assembleia, pela envergadura do ex-deputado, pela sua trajetória. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems e pelas redes sociais! Quero cumprimentar também os três representantes de associações de classe da Polícia Civil: Jean Carlos Miranda, presidente da Cobrapol (Confederação Nacional dos Policiais Civis); o Max Dourado, da Afipol; e o Agnaldo Alvarenga, da Apol-MS (Associação dos Escrivães). Hoje eles estão aqui acompanhando a nossa Sessão. Senhor presidente, eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel PM Renato dos Anjos Garnes, solicitando a implantação e estruturação do Programa Mulher Segura (Promuse) no município de Mundo Novo, tendo em vista que a medida visa garantir o monitoramento eficaz das medidas protetivas de urgência e oferecer atendimento seguro às mulheres em situação de violência na região. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pelos vereadores Ravine e Elson e pela equipe da Coordenadoria da Mulher de Mundo Novo, ligada à prefeita Rosária. O Promuse vem realizando um grande trabalho onde tem sido implantado, apresenta resultados importantes no combate à violência doméstica. Por isso, pedimos que Mundo Novo também seja contemplado, atendendo à solicitação dessas lideranças políticas do município. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando, com prioridade, a realização de reparos estruturais nos pontos de encontro da pista com as pontes, bem como a execução da Operação Tapa-Buraco na rodovia MS-320, especialmente nos KMs 104, 120 e 136, município de Paraíso das Águas. Este é um pedido da classe política local, encaminhado pelos vereadores Leonardo, Fio do Povo e Neiva Vida, todos daquele município. Senhor presidente, pela ordem.



**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Apenas para fazer um comunicado e uma convocação aos membros da CCJR. A comissão volta a se reunir amanhã, quarta-feira, no horário regimental. Portanto, ficam convocados os deputados Junior Mochi, Pedrossian Neto e Paulo Duarte. Na nova composição, por indicação do bloco liderado pelo deputado Marcio Fernandes, em substituição ao deputado Neno Razuk, em razão de a composição do PL não mais permitir a indicação para compor a CCJR, com a saída do deputado Lucas de Lima, o bloco indicou o deputado Professor Rinaldo, que passa a integrar a comissão. Ele será membro titular, tendo como membro suplente o deputado Roberto Hashioka. Então, convoco o deputado Rinaldo também. Amanhã, às 8 horas, reunião da CCJR. Vamos deliberar sobre os projetos que já estão em tramitação na comissão. Era isso, senhor presidente. Obrigado!

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente e deputado Caravina, essa composição da CCJR não está conforme o Regimento. Nós da Bancada do PT estamos reivindicando essa vaga na CCJR. O PT e o PL tinham o mesmo número de deputados nesta Casa. Ficou acordado que o PL assumiria a vaga por um ano e, no ano seguinte, assumiria o PT. Se o PL diminuiu, o PT continua com três deputados. Por que o bloco agora vai indicar, se o bloco já tem indicação na CCJR? Essa vaga é do Partido dos Trabalhadores! Temos três deputados na Casa. O PL ocupou a vaga por um ano, e agora nós do PT estamos reivindicando, deputado Zé Teixeira, com base no Regimento, essa vaga. Nós não reconhecemos essa composição da CCJR. Estamos reivindicando, presidente, a vaga. Ano passado, a vaga foi ocupada pelo PL. Houve mudança. Agora, este ano, a vaga pertence ao PT. O bloco já tem suas indicações. Quantas vagas o bloco terá agora? Os dois blocos já indicaram! Agora é a vez do Partido dos Trabalhadores, que tem três deputados nesta Casa. Estamos, portanto, fazendo essa questão de ordem e queremos que, à luz do Regimento Interno, seja resolvida essa questão. Segundo ponto, senhor presidente: em todas as sessões, não está sobrando tempo para o Grande Expediente. Parlamento é lugar de debate das questões importantes do estado. Na semana passada, eu estava inscrito para falar, mas não sobrou tempo para o Grande Expediente. Hoje estou inscrito, quero falar, e novamente não vai sobrar tempo. Os deputados vêm aqui, apresentam uma moção, e falam meia hora. Acho que precisamos disciplinar isso e começar as sessões no horário, às 9 horas, para que sobre tempo para o Grande Expediente. Senão, acaba o debate nesta Casa. Era isso. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Sugestão apresentada. Vamos discutir a questão de ordem do deputado Pedro Kemp. Vamos colocar a questão para ser analisada pela Mesa Diretora, juntamente com as lideranças dos blocos, à luz do Regimento Interno. Continuamos no Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e todos que acompanham a nossa Sessão! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, sugerindo a instituição de Grupo Técnico de Estudo e Trabalho para realizar inventário e mapeamento do potencial de ocorrência de Elementos Terras Raras (ETR) e de minerais críticos e estratégicos no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como propor diretrizes para a atração de pesquisa, inovação e investimentos, com ênfase em sustentabilidade, transparência e segurança jurídica. Justificativa: os Elementos Terras Raras e outros minerais estratégicos têm relevância crescente na economia contemporânea, por sua aplicação em cadeias de alto valor agregado, relacionadas à indústria de tecnologia e transição energética. No plano federal, o Ministério de Minas e Energia (MME) já iniciou estudos para subsidiar a elaboração de uma Estratégia Nacional de Terras Raras, com diretrizes, metas e instrumentos para o desenvolvimento organizado dessa cadeia no Brasil — o que reforça a necessidade de planejamento e coordenação também em nível estadual. Em Mato Grosso do Sul, onde a atividade mineral vem registrando expansão e maior peso econômico, mostra-se prudente que o Poder Executivo estadual promova um esforço coordenado de diagnóstico sobre oportunidades e condicionantes do setor, assegurando que qualquer perspectiva de desenvolvimento seja acompanhada em planejamento, conformidade ambiental, participação social e governança, em especial em áreas sensíveis e sob regimes especiais de proteção. Nesse cenário, recomenda-se a criação do grupo técnico, com participação de Semadesc, Imasul, MS Mineral e universidades para: consolidar e organizar as bases de dados tecnológicos, geoquímicos e geofísicos já existentes, identificando lacunas de informação; mapear áreas potenciais de suas condicionantes e restrições socioambientais, prevenindo os conflitos e judicialização; avaliar em caráter preliminar a viabilidade técnico-econômica e logística de eventual exploração, incluindo alternativas de agregação de valor; estruturar a agenda de pesquisa, inovação e formação de mão de obra; entregar relatório conclusivo e recomendações de governança e transparência, com publicação de produtos técnicos pertinentes. Trata-se, em suma, de providência de planejamento estratégico e prudência administrativa voltada a reduzir assimetrias de informação, conferir segurança jurídica e qualificar a tomada de decisão e permitir que o Estado avalie com base técnica um ativo potencialmente relevante para o seu desenvolvimento. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Quero agradecer a presença do maestro Martinelli, grande expoente da cultura sul-mato-grossense. Seja bem-vindo!

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de

Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Eduardo Campos, prefeito de Ponta Porã, solicitando a união de esforços para destinação de recursos, visando à construção de uma nova (UBS) Unidade Básica de Saúde no distrito de Nova Itamaraty, em Ponta Porã, tendo em vista que a atual UBS Anastácio Basílio Pires é de dimensões reduzidas e não comporta, de forma adequada, o atendimento de aproximadamente 16 mil moradores da região. Essa indicação tem por finalidade atender às demandas daquela população, que, atualmente, é assistida pela UBS que não está mais conseguindo fazer essa cobertura necessária. Também estamos apresentando uma indicação, presidente, reforçando o pedido que foi feito aqui em 2024, neste Parlamento. Nós solicitamos informações ao Governo, à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, sobre o motivo de Dourados, deputado João Henrique, ser a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul e não ter uma Delegacia de Proteção à Criança Adolescente (DPCA). Nós levantamos alguns números junto ao delegado regional, titular em Dourados, e, em 2024, Dourados, proporcionalmente ao índice de habitantes, era a cidade de Mato Grosso do Sul (isso em 2024, e o cenário não mudou muito de lá para cá) com mais casos de abuso, de violência sexual contra crianças e adolescentes. Nós precisamos de um atendimento de referência, e não temos. Quando nós apresentamos o requerimento aqui, recebemos informações muito vagas acerca da possibilidade de a cidade contar com essa estrutura. E a informação que nós tivemos é que a Casa da Mulher Brasileira ia suprir essa necessidade. O fato é que a Casa da Mulher Brasileira é um projeto que só segue no papel, pois não há um cronograma de quando a obra será iniciada e de previsão de conclusão. Os direitos das crianças e dos adolescentes não estão sendo preservados, não estão sendo respeitados. Nós apresentamos um requerimento e agora, com uma indicação, queremos reforçar a solicitação, sobretudo devido ao último episódio, deputada Mara Caseiro, ocorrido ontem; um monstro, um homem de 33 anos foi preso porque abusava sexualmente da enteada, de 8 anos, e do sobrinho, de 5. Ele ameaçava as crianças para que elas não relatassem o que vinha ocorrendo. O Parlamento estadual se preocupa com as crianças. O cenário em Mato Grosso do Sul é negativo no que tange à violência contra crianças, adolescentes e mulheres. Então nós estamos apresentando essa indicação. Esperamos que o Governo do Estado seja sensível à situação das crianças, assim como foi com a das mulheres, que levou ao atendimento 24 horas na Delegacia de Atendimento à Mulher. Essa foi uma conquista nossa neste Parlamento. E eu tenho certeza de que o Governo terá um olhar de sensibilidade e de acolhimento às crianças e aos adolescentes. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Junior Mochi. Registramos a presença, mais uma vez, do Renan Contar, ex-deputado estadual. Seja bem-vindo!

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público que nos prestigia com sua presença, imprensa e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia e pelas mídias sociais, bom dia! Eu trago algumas proposições, as quais vou apresentar rapidamente, até porque concordo com a questão de ordem feita pelo deputado Pedro Kemp, no sentido de que devemos estabelecer um limite no Pequeno Expediente, para que sobre tempo, realmente, para os

debates. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Frederico Fellini, secretário de Estado de Administração, solicitando, com fundamento no interesse público e na necessidade de aprofundamento do diagnóstico acerca do endividamento dos servidores públicos estaduais, a ampliação do levantamento já realizado, com o encaminhamento das seguintes informações: "1 - Relação das instituições financeiras atualmente credenciadas e/ou conveniadas junto ao Estado de Mato Grosso do Sul para a concessão de empréstimos consignados, cartões de crédito consignados, cartões de benefícios e operações de antecipação salarial aos servidores públicos estaduais, ativos, aposentados e pensionistas, com indicação, sempre que possível, das condições gerais praticadas, tais como taxas de juros médias, encargos, forma de amortização, prazos máximos de contratação por modalidade, bem como das regras aplicáveis à renegociação, portabilidade e quitação antecipada; 2 - Indicação da empresa ou das empresas responsáveis pela gestão e pelo controle das margens consignáveis no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". O presente pedido tem por finalidade subsidiar a análise técnica, a fim de contribuir para a proposição de soluções voltadas à mitigação do elevado nível de endividamento dos servidores públicos estaduais, em especial dos aposentados e pensionistas. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; ao senhor coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul; e ao senhor Lupersio Degerone Lúcio, delegado-geral da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando reforço no patrulhamento policial no bairro Vila Planalto, especialmente na rua Ciro Bueno, em razão do elevado número de roubos e furtos que vêm sendo reiteradamente relatados pelos moradores daquela localidade. O presente pleito justifica-se diante da solicitação formulada pelo morador Juliano, encaminhada ao nosso gabinete. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a execução de serviços de recapeamento asfáltico ou da Operação Tapa-buraco na rodovia MS-379, no trecho que liga Dourados a Laguna Carapã. A presente solicitação atende ao pedido do prefeito de Laguna Carapã, senhor Itamar Bilibio, que encaminhou a demanda ao nosso gabinete. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar, em nome da Assembleia Legislativa, se assim houver aquiescência dos colegas deputados, aos familiares e amigos do senhor Ricardo Éboli, ex-vice-prefeito de Corumbá e que também foi diretor do Imasul, falecido este mês. Ele foi um homem público e de trajetória respeitada, cuja vida foi marcada pelo compromisso com a gestão pública, pelo espírito democrático e pela dedicação ao desenvolvimento de Corumbá e de Mato Grosso do Sul. É só, presidente.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Junior Mochi!**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pois não.**



**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Apenas para dizer que o Ricardo Éboli foi meu amigo de infância. Triste perda. Eu gostaria de assinar com Vossa Excelência essa moção.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Com certeza. Eu até solicitei que a moção seja encaminhada em nome da Casa. Inclusive, atualmente, ele era um funcionário cedido a esta Casa e prestava serviços relativos ao licenciamento ambiental a vários gabinetes.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Boa sugestão. Há mais de três indicações de moção de pesar pelo passamento do Ricardo Éboli. Ele teve uma presença marcante nesta Casa junto aos deputados. Vamos fazer em nome da Casa. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Gerson Claro.

**DEPUTADO GERSON CLARO (PP)** — Bom dia, senhoras e senhores! Bom dia, deputado Renato Câmara! Agradeço a Vossa Excelência por exercer hoje a presidência da Sessão. Eu estava em reunião. Vim ao Plenário apenas para apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Alexandre Magno Lacerda e ao CNMP, pela posse do doutor no cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público para o biênio 2026/2028, ocorrida ontem, 9 de fevereiro. Semana passada, a desembargadora Jaceguara tomou posse no CNJ; agora, o senhor Alexandre Lacerda toma posse no CNMP. Esta é a minha moção. O deputado Paulo Corrêa a assina junto comigo. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Senhor presidente, eu venho apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul, solicitando a viabilização de recursos federais a serem destinados à aquisição de televisores, com a finalidade de atender o Hospital Regional de Nova Andradina Doutor Francisco Dantas Maniçoba. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, senhor Carlos Alberto de Assis, solicitando, em caráter de urgência, providências quanto ao transporte intermunicipal no trecho Itaporã–Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, e ao senhor secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando a aquisição de equipamentos e a instalação de climatização na Escola Estadual Maria da Glória Muzzi Ferreira, no município

de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, e ao senhor secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando, em caráter reiterativo, a reforma e a ampliação da Escola Maria da Glória Muzzi, localizada no município de Dourados. Apenas isso, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente e colegas parlamentares, eu deparo aqui, deputado Neno Razuk e deputado Coronel David, com uma situação um tanto quanto curiosa: parece que o Partido Liberal não pode nada frente ao governador Eduardo Riedel, que deseja neutralizar sua candidatura, seus espaços legítimos e suas conquistas. Não pode ter candidato ao Governo, não pode ter candidatos ao Senado; mas o único espaço, colegas parlamentares, que o PL tinha — nosso líder, deputado Coronel David —, que era a vaga nas comissões importantes, como a CCJR, está prestes a ser derrubado. Quer dizer, não há esforço do governador e de sua bancada para deixar um espaço nas comissões dentro da Casa. Não há, por parte do Governo do Estado, por parte do governador Eduardo Riedel, sequer uma mensagem nesse sentido. E veja: nós temos, no Regimento Interno, uma situação trazida aqui pelo colega deputado Pedro Kemp, segundo a qual os blocos matematicamente já absorveram o quociente *máximo*, e sobra uma vaga para quem tem o quociente de três membros — no caso, de fato, o Partido Liberal e o Partido dos Trabalhadores. Esta Casa deveria construir um entendimento e garantir essa vaga, ou a alternância dela, a quem matematicamente tem direito. Mas veja a parceria que o governador Eduardo Riedel quer com a direita: quer o nosso partido escanteado. Parece-me que, porque há agora o PT e uma divergência dentro da direita, não se pode contemplar aquilo que o Regimento Interno determina. Então, senhor presidente, estamos oficiando ao presidente nacional do Partido Liberal, senhor Waldemar da Costa Neto, para que formalize uma intervenção no nosso partido e registre, consigne, que a única vaga, o único espaço — e não estou falando em candidatura — do nosso partido está sendo ignorado. Se houvesse uma mínima boa vontade do governador, isso seria respeitado. E reivindico aqui essa vaga não para mim, porque não era eu que a ocupava, senhor presidente, eu reivindico a vaga para o Partido Liberal. O governador vai querer colocar este ano lá cinco, seis, sete membros. No momento, deputado Razuk, dessas composições em que o PL terá seus espaços todos podados. E veja: o partido aumentou, virão vários colegas, mas a composição já vai estar formada; nada vai mudar. Então, é o momento de provocar uma intervenção no Partido Liberal, uma reunião, deputado Razuk. Solicito, junto com nosso líder, deputado Coronel David, que se reivindique a vaga, não a mim, mas ao Partido Liberal, a quem o governador está solicitando parceria para sua candidatura, ao mesmo tempo em que ignora a possibilidade de candidatura própria do PL. Essa é a verdadeira composição e o espaço que ele quer fazer com a direita: anular o partido. E nós não iremos aceitar isso em Mato Grosso do Sul, nem que seja preciso, mais uma vez, judicializar.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste! Quero dizer que o PT solicitou essa vaga, e acho justo que façamos alternância. Se a conta é três deputados, o PL e o PT têm a mesma quantidade; mas o PL já esteve à frente da CCJR. Então, entendo que, neste momento, quem tem o direito é o PT. E eu quero estar dentro da CCJR, fazendo parte, representando o meu partido, garantindo que os projetos, principalmente os que dizem respeito à vida das mulheres, sejam aprovados, acelerados, e que possamos fazer uma boa discussão a respeito de todos os demais projetos dentro da CCJR. Presidente, venho requerer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, solicitando a recuperação e o encascalhamento da estrada vicinal rural que liga a entrada da fazenda Primavera à comunidade Quilombola Picadinha, no ramal do Inhame, no município de Dourados, trecho de aproximadamente seis quilômetros. Trata-se de uma área por onde passam ônibus escolares, e a comunidade reclama que, quando chove, as crianças não estão conseguindo frequentar a escola. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à família e aos amigos de Cândida Graciela Chamorro Arguelho, intelectual de admirável trajetória acadêmica e humana, reconhecida internacionalmente por suas pesquisas dedicadas à história e à contemporaneidade dos povos guarani. Dedicou-se intensamente ao universo indígena, tornando-se referência na produção de saberes que articulam religião, língua e história dos povos guarani, tanto em sua dimensão histórica quanto em sua vivência contemporânea. Sua atuação docente em instituições eclesiais e universitárias do Brasil e do exterior contribuiu de maneira decisiva para a formação de gerações de estudantes e pesquisadores comprometidos com uma compreensão mais sensível, crítica e rigorosa da diversidade cultural. A professora deixa um legado acadêmico de alcance internacional, bem como uma contribuição singular para a compreensão das dinâmicas históricas e sociais da região de fronteira. Sua própria trajetória, dividida entre Paraguai e Brasil, simbolizou a força de uma latinidade que ultrapassa limites geográficos e reafirma a fronteira não como espaço de separação, mas como território de encontros, intercâmbios e construção coletiva de saberes. Em sua vida e em sua obra, expressou a vocação latino-americana para o diálogo, para a solidariedade entre os povos e para a valorização das identidades originárias. Graciela Chamorro nos deixou nesta madrugada. Deixa muita saudade entre amigos e familiares, mas também entre todos os povos que foram beneficiados por sua trajetória histórica, por sua trajetória acadêmica e por seu compromisso com a vida e com a cultura da fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 00128/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 00117/2026 e 00097/2026). De autoria do deputado João Henrique:

um requerimento (Prot. nº 00104/2026) e um projeto de decreto legislativo (Prot. nº 00103/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: uma moção de pesar (Prot. nº 00084/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 00093/2026), uma moção de congratulação (Prot. nº 00094/2026) e uma moção de pesar (Prot. nº 00095/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 00115/2026, 00114/2026 e 00111/2026), uma moção de congratulação (Prot. nº 00113/2026) e duas moções de pesar (Prot. nºs 00120/2026 e 00112/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: seis indicações (Prot. nºs 00110/2026, 00100/2026, 00099/2026, 00098/2026, 00096/2026 e 00091/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 00122/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00124/2026), uma moção de congratulação (Prot. nº 00125/2026) e uma moção de pesar (Prot. nº 00123/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00101/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de congratulação (Prot. nº 00126/2026) e duas moções de pesar (Prot. nºs 5021/2025 e 00127/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 00090/2026, 00089/2026, 00088/2026 e 00087/2026) e um projeto de lei (Prot. nº 00133/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 00121/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00108/2026, 00107/2026, 00106/2026 e 00105/2026) e uma moção de pesar (Prot. nº 00119/2026). Encerrado o Pequeno Expediente Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de doze minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, hoje, dia 10 de fevereiro, comemoramos o aniversário do Partido dos Trabalhadores. E, como presidente do Diretório Municipal do PT de Campo Grande, eu não poderia deixar de fazer este registro aqui. São quarenta e seis anos de história do maior partido de esquerda da América Latina, uma trajetória profundamente ligada às lutas do povo brasileiro por democracia, justiça social e dignidade. Fundado em 1980, em meio à resistência contra a ditadura militar, o PT nasceu do chão das fábricas, das comunidades eclesiais de base, dos movimentos sociais, sindicais, estudantis e populares. Nasceu como um partido diferente, construído de baixo para cima, com participação popular, ética na política e compromisso inegociável com os direitos do povo trabalhador. Ao longo desses quarenta e seis anos de história, o PT foi protagonista das mais importantes transformações sociais do Brasil. O PT tirou o Brasil do mapa da fome, reduziu a desigualdade social, diminuiu a pobreza extrema, garantiu o acesso dos mais pobres ao orçamento da União com políticas sociais que melhoraram a vida do povo, para fazer justiça social — inclusive isentando quem ganha até 5 mil reais de pagar Imposto de Renda e tributando aqueles que ganham mais. Isso é justiça social: quem ganha mais paga mais; quem ganha menos paga menos; e quem ganha muito pouco não deve pagar nada. Isso para inverter essa situação no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. O PT governa para reduzir desigualdades, combater a fome, ampliar o acesso à educação, fortalecer o Sistema Único de Saúde, valorizar o salário mínimo e incluir milhões de brasileiros e brasileiras que sempre foram deixados à margem. Nós mostramos que é



possível governar com sensibilidade social, responsabilidade econômica e soberania nacional...

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — O senhor me concede um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — ... Deixe-me terminar aqui, deputado. Nossa história também é marcada pela resistência. Resistimos à tentativa de golpe, garantimos o funcionamento das instituições e garantimos que o País continue sendo um Estado Democrático de Direito e uma nação soberana perante a comunidade internacional. Nós resistimos, nesses quarenta e seis anos de história, a muitas perseguições; às tentativas de criminalização do nosso partido e das nossas lideranças; resistimos à Operação Lava Jato, que quis jogar o PT na lama, impondo-lhe a pecha de corrupto e prendendo a nossa maior liderança, sem provas, que hoje governa o Brasil pela terceira vez e que vai governar pela quarta vez, a partir do ano que vem. Resistimos a essas perseguições, resistimos aos ataques à democracia e a projetos autoritários; e, em cada momento difícil, reafirmamos nossa fidelidade à Constituição, às liberdades democráticas e ao diálogo com a sociedade. Celebrar os quarenta e seis anos do PT é celebrar a coragem de sonhar e a determinação de lutar; é reafirmar que a política pode ser um instrumento de transformação social; que a democracia se fortalece com a participação popular; e que o Brasil só será verdadeiramente justo quando todos e todas tiverem direitos, oportunidades e voz. O Partido dos Trabalhadores segue vivo, fortalecido, renovado e necessário ao Brasil! O PT é necessário ao Brasil! Ele fez a diferença, nos últimos anos, na defesa das instituições democráticas e da Constituição Federal; e vai continuar com essa bandeira erguida até que todo fascismo seja varrido da história do nosso país. O partido segue com a força da sua militância, a memória das suas conquistas e o compromisso com o futuro. Seguimos firmes na luta por um Brasil mais humano, solidário e soberano. Neste dia 10 de fevereiro, data em que o PT comemora seus quarenta e seis anos, eu quero fazer três homenagens: a primeira é à militância do PT. A militância do PT é aguerrida; acredita no nosso projeto; vai às ruas; e, em meio a todas as adversidades, é uma militância que não esmorece e que sempre se coloca na defesa do projeto de um Brasil mais justo, humano e solidário. Minha primeira homenagem é a essa militância, que muito nos orgulha. A segunda é ao nosso mais ilustre filiado, Luiz Inácio Lula da Silva, fundador do nosso partido e hoje presidente da República pela terceira vez; esse homem, que já foi perseguido, já foi preso, já foi discriminado, já foi vítima de muitas mentiras e de muita perseguição. Hoje, segue firme, colocando o Brasil no cenário internacional como uma nação respeitada. Esse é um líder mundial, sem sombra de dúvidas. E o nosso presidente, apesar de tantos ataques — inclusive de oposição ferrenha no Congresso Nacional —, consegue impor uma agenda de inclusão social, de distribuição de renda e de desenvolvimento para o nosso país. Nossa homenagem ao presidente Lula! E, por fim, como presidente do PT Municipal de Campo Grande, quero homenagear o nosso maior líder aqui em Mato Grosso do Sul: o deputado Zeca do PT, fundador do nosso partido, militante aguerrido, que já foi governador deste estado por dois mandatos, e mudou a história de Mato Grosso do Sul. Ninguém pode negar que existia um Mato Grosso do Sul antes do governador Zeca e existe um Mato Grosso do Sul depois

do governador Zeca. Ele acabou com a bandalheira, com o atraso de salários dos servidores; acabou com a vergonha que era Mato Grosso do Sul, que deixava um parque de obras inacabadas a cada gestão; e ele transformou este estado no estado pujante que ele é hoje. Inclusive com políticas que foram implantadas no seu governo e que estão até hoje aí garantindo o crescimento econômico de Mato Grosso do Sul, como, por exemplo, o Fundersul, o Fundo de Investimentos Sociais; o Fundo de Investimento em Cultura e o Fundo de Investimento no Esporte. Realizou, ainda, a valorização dos servidores públicos, que antes viviam dependendo de cesta básica e que sofriam com o atraso no pagamento de seus salários. Nossa homenagem ao nosso ilustre filiado, militante, Zeca do PT, que ajudou a construir a história do PT aqui em Mato Grosso do Sul e que continua ajudando. Com certeza, ele estará aqui ainda por mais um mandato para continuar desenvolvendo as políticas de que o nosso estado precisa. Eu concedo a palavra ao oponente das nossas políticas, mas, com todo respeito, deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado Pedro Kemp, primeiramente, eu quero parabenizá-lo. Lembrar a data da fundação do seu partido é um direito democrático de Vossa Excelência. O senhor alcançou muitas conquistas por meio do Partido dos Trabalhadores, que elegeu três vezes o presidente da República. Vossa Excelência diz, entusiasmado, que quem ganha até 5.000 reais está isento e quem ganha mais vai pagar essa conta — o que eu entendo, porque quem trabalha mais ganha mais e tem que pagar mais. Só que eu estranho o seguinte: ontem houve um aumento no salário dos professores. Eles ganhavam menos de 5.000 reais, e agora vão ganhar 5.280 reais, Ou seja, vão ter que pagar Imposto de Renda, porque o salário deles subiu exatamente para que eles fiquem enquadrados e passem a pagar Imposto de Renda, já que agora ultrapassaram os 5.000 reais por mês. Outra coisa, Vossa Excelência elogiou brilhantemente o meu amigo e colega Zeca do PT. Eu fui deputado aqui por quatro anos no governo do Zeca do PT. Nunca fiz oposição raivosa nem radical a ele; pelo contrário, eu contribuí para sua administração, ajudando, inclusive, na criação do Fundersul. Agora, o que eu não aceito é Vossa Excelência usar, com entusiasmo, a palavra "democracia" na tribuna, porque, se é democracia, nós temos que aceitar o diálogo e as divergências de ideias. Ontem, o Lula, a quem eu conheço pessoalmente, já tive a oportunidade de conversar com ele, fez um discurso inflamado, dizendo que a campanha deste ano será uma guerra! Se é guerra, ele não está aceitando a democracia. Porque ele ganhou a eleição por 1% dos votos. Nós estamos em um país dividido, e ele ficou quase dois anos administrando o Brasil, certo? E não esquecia do infeliz que está lá preso, que cometeu crime e está preso. Então, ele não olhou para a administração; olhou, sim, para vacina, para não sei o quê, para o infeliz que está lá preso, enfim. Acho que Vossa Excelência merece os meus parabéns, porque é testemunha do aparte que estou fazendo. Nós já tivemos aqui divergências de ideias, mas nunca tivemos diferenças a ponto de declararmos guerra um contra o outro. Acho que as ideias têm de convergir, não divergir. As ideias têm de vir em benefício do povo. O poder passa, e a instituição fica. O PT fez, o Fernando Henrique Cardoso fez; o Bolsonaro fez alguma coisa; o presidente que aí está já fez no passado e agora está fazendo alguma coisa... Mas eu estou preocupado com uma coisa: nenhum governo pode, em hipótese

alguma — nem a casa da gente —, gastar mais do que ganha — e o atual governo está gastando mais do que arrecada. Muito obrigado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado, deputado Zé Teixeira. Eu quero dizer que é sempre uma alegria ouvir Vossa Excelência, porque este é o lugar do debate. E é sempre bom ter um contraponto às nossas ideias, para que o debate possa fluir. Mas, em outra oportunidade, eu gostaria até de fazer alguns comentários sobre a fala do deputado. Infelizmente, o nosso tempo está esgotado. Muito obrigado, presidente... Pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, com muito respeito e com muito espírito democrático, a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores está reivindicando a vaga na CCJR. Estamos protocolando aqui um requerimento, indicando a deputada Gleice Jane para a vaga. Qual é o nosso entendimento? Nós temos aqui dois blocos. Os blocos numerosos indicam duas vagas cada um, e a quinta vaga é dos pequenos partidos. Então, nós fomos *atropelados*, porque nem fomos chamados para discussão, para uma reunião; nada. Já foi indicado um deputado de um bloco — bloco que terá três vagas. Então, nós estamos reivindicando o direito das minorias, dos pequenos partidos, a essa vaga. Eu gostaria que Vossa Excelência analisasse isso com muito carinho, porque é do espírito do Parlamento essa composição, para, de fato, todas as tendências políticas estarem representadas na maior e mais importante comissão, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, antecipadamente, quero esclarecer que a palavra "atropelados" é um pouco pesada, até porque não há definição de bloco até agora. Indicação também faz parte do Parlamento, assim como o senhor indicou, e não está atropelando ninguém ao indicar, está cumprindo o papel do Parlamento. O bloco cumpriu seu papel de reivindicar a vaga; a minoria reivindica a vaga; e cabe à Presidência analisar o Regimento e decidir. Conforme o Regimento da Casa, existe o princípio da representatividade e da proporcionalidade. No caso da composição, é proporcionalidade. Se eu tenho um bloco com 24 deputados e divido pelo número de vagas na CCJR, que é 5, vai dar 4,8. Desprezando a fração, eu tenho 4. Um bloco que tem 8 deputados tem direito a 2 vagas. Mas, pela proporção, dá 4. Se eu não tenho nenhum partido que alcance o número inteiro necessário, eu faço uma segunda chamada... Está no Regimento, deputado! Deixe-me terminar de explicar o Regimento!

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu vou falar do meu entendimento...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não. Eu estou falando do Regimento Interno. Está aqui: artigos 43 e 44, parágrafos 1º e 2º. Leia o Regimento... Pode me trazer. A segunda vaga poderá, quando não houver composição por bloco, sem infração, ser feita por indicação partidária. O PT pode fazer três? Pode. O PL pode fazer três também.



E há dois deputados que não estão em nenhum bloco — o Lucas de Lima e o Lidio Lopes —, que podem compor bloco com o PT ou com o PL...

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — São os pequenos partidos.

**PRESIDENTE** (Deputado Gerson Claro - PP) — Podem compor e formar um bloco. Então, esta presidência não vai atropelar ninguém; vai cumprir o Regimento. Aquele que indicar e tiver direito, conforme as disposições do Regimento, será membro da CCJR. Isso eu posso garantir a Vossa Excelência.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, só para ajudar, então, nessa reflexão: os blocos têm oito deputados; oito deputados estão representados em um bloco, oito no outro — são dezesseis —, e oito deputados não têm representação na CCJR! Como é que pode, então? O nosso Regimento garante aos pequenos partidos o direito de indicar uma vaga.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu disse isso agora, deputado. O senhor está repetindo o que eu disse.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Então, nós estamos reivindicando essa vaga.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O que não quer dizer que o senhor tenha direito absoluto; os outros também podem reivindicar.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — O PL já nos apoiou aqui, porque, no ano passado, o PL ocupou essa vaga.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havia quatro deputados do PL! O senhor sabe que havia quatro do PL no ano passado!

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Havia quatro entre os pequenos partidos; era quem tinha o direito de indicar. Agora são três.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — É disso que estou dizendo: o senhor tem três, o PL tem três, e há dois deputados que não estão em nenhum bloco. Eu vou cumprir o Regimento. Se a vaga for do PT, será do PT.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Mas eu estou dizendo que oito deputados dos pequenos partidos não podem ficar sem representação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não vão ficar. Se houver composição de bloco e houver direito, será conforme o Regimento. Atendida a questão de ordem. Nós responderemos oficialmente assim que houver as indicações. Passemos à



**ORDEM DO DIA.** Solicito ao senhor segundo-secretário que verifique se há quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há vinte e três deputados presentes. Há, portanto, quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 248/2025. Autor: deputado Pedro Pedrossian Neto. "Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Feirantes, localizada no município de Nioaque." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 248/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.



**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 308/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual, a doar, com encargos, ao município de Maracaju o imóvel urbano de sua propriedade que especifica e as construções nele existentes, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 308/2025, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.



**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, vinte e cinco indicações, duas moções de aplausos e cinco moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique...

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Item 1. Destaque. Moção de Congratulação nº 00030/2026.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pedido de votação em destaque aceito. Em discussão os demais itens. Não havendo quem queira impugná-los, dou-os por aprovados. Votação em destaque da Moção de Congratulação nº 00030/2026. Moção de congratulação ao presidente da Cassems, doutor Ricardo Ayache. Autor: deputado Paulo Duarte. Em discussão... Para discutir, o deputado João Henrique...

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Eu quero apenas apresentar uma moção de pesar aos familiares do meu chefe de gabinete, Sidney Guerreiro, em razão do falecimento de sua mãe, a senhora Maria do Carmo Guerreiro da Silva, ocorrido na noite do dia 8 do corrente mês, aqui no município de Campo Grande. Neste momento de dor e saudade, cumpre a este Poder Legislativo externar ao familiares votos de pesar e solidariedade, rogando a Deus que console e fortaleça os filhos: Sidney Guerreiro, o César Guerreiro, o Celso Guerreiro, a Dalva Guerreiro e a Michele Guerreiro; bem como os netos e os demais familiares e amigos da senhora Maria do Carmo. Que Deus acolha em paz aquela que dedicou boa parte de sua vida à criação dos filhos e netos. É somente isso. Obrigado.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado João Henrique, Vossa Excelência tem a palavra para discutir.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Presidente, temos aqui a votação de uma moção de congratulação ao presidente da Cassems, Ricardo Ayache. Eu considero que há certa falta de rigor técnico nessa votação. E digo o porquê. Pode parecer simples um requerimento de moção de congratulação, mas nós já fizemos, nesta Casa, uma discussão de que aqui é um órgão colegiado! Indicações, vontades e aspirações pessoais devem ser levadas pelo gabinete, por ofício! Se o deputado Paulo Duarte quiser fazer como o Gaeta fazia em Corumbá — pegando flor por flor, rosa por rosa, beijando uma por uma e jogando lá dentro da Cassems, cantando a música "Receba as flores que lhe dou, em cada flor um beijo meu" —, é problema dele, senhor presidente, não desta Casa! Esta Casa está sendo cobrada para investigar o presidente da Cassems! Esta Casa recebe, todos os dias, pedidos de pessoas que precisam de vagas médicas, de médicos que estão sendo descredenciados! A saúde, dentro daquela instituição, é um caos! O presidente vendeu o prédio da sede sem comunicar isso aos servidores públicos de Mato Grosso do Sul, e dizia que dialogava, conversava com fundações, instituições, sindicatos e associações que prestigiam a discussão, a decisão, o embate e as críticas. Ele está levando a Cassems à falência! Já está sendo investigado! Tem sociedade em imóveis e em aeronaves com pessoas que são prestadoras de serviço dentro daquela entidade. E, agora, fazer uma moção por vontade pessoal, amizade, por qualquer feito que tenha acontecido, e constranger a nossa Casa a ponto de termos que pedir destaque... Isso não é o que a unidade deste colegiado entende! Ninguém quer, neste momento, congratular o senhor Ricardo Ayache. As pessoas querem investigar, e cobram os parlamentares. E veja, senhor presidente, durante muito tempo nós tivemos uma discussão saudável com a Mesa sobre a possibilidade de esta Casa fiscalizar a Cassems. Eu tenho aqui um parecer do Ministério Público favorável à investigação, à fiscalização judicial, o que corrobora, presidente, aquilo que poderia ser o único impedimento para que esta Casa atuasse em favor dos servidores públicos, uma vez que aquele presidente fez a primeira eleição remota, depois da Covid, de modo a impedir que os servidores dessem à gestão dele um sonoro *não* ao não aprovarem as contas de mais de 1,4 bilhão da instituição, as quais ele aprovou goela abaixo e que estão sendo contestadas na Justiça. E, agora, quer-se que nós possamos subverter ou constranger os colegas a votar para congratular aquele que, na verdade, deveriam investigar. Que mensagem pretende passar o deputado Paulo Duarte? A de que ninguém quer investigar? Aprovar essa moção é, no mínimo, uma mensagem. E eu tenho certeza de que a mensagem que meus colegas gostariam de ver seria uma CPI contra a Cassems, para que se saiba de que maneira o dinheiro do servidor público de Mato Grosso do Sul está sendo gasto, senhor presidente. Então, por se tratar de violação à colegialidade desta Casa, vou indicar voto contrário à moção de congratulação do deputado. Eu jamais, senhor presidente, peguei algum ídolo, alguma pessoa de quem sou fã, e trouxe a esta Casa num momento em que esta Casa deveria investigá-la. É um constrangimento para os colegas ter de votar algo apenas para congratular, bater palmas e com isso dar aos servidores a mensagem de que esta Casa não vai fazer o seu dever de casa. Não acontecerá, senhor presidente! Com todo respeito, indico o voto contrário.



**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar o meu voto favorável à moção de congratulação do deputado Paulo Duarte ao presidente da Cassems, Ricardo Ayache.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Como eu não entro em questões pessoais, quero apenas fazer um esclarecimento. A Assembleia tem um presidente, o Tribunal de Justiça tem um presidente, e quando determinada instituição realiza algo louvável, qualquer que seja ela, a moção é destinada a quem preside a instituição. No caso, a minha moção de congratulação é ao presidente e aos funcionários, à Cassems como um todo, por um avanço importante: a cirurgia robótica. Inclusive, o primeiro aparelho que veio para cá foi referente a isso. É apenas e tão somente isso. Eu não entro em questões raivosas, de caráter pessoal. Eu soube disso por meio de relatos de familiares de pacientes e de pacientes que foram submetidos a essa nova ferramenta cirúrgica. Esse aparelho significou um avanço para a área da saúde em Mato Grosso do Sul. A vida das pessoas é mais importante que qualquer questão pessoal. Por isso, peço humildemente aos meus colegas a aprovação dessa moção de congratulação.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Quero corroborar a fala do deputado Paulo Duarte. Eu também tenho conhecimento dessa inovadora cirurgia robótica oferecida pela Cassems. Isso é digno de aplausos. Quero manifestar meu voto favorável à moção.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação aberta no painel.

Moção de Congratulação nº 00030/2026, de autoria do deputado Paulo Duarte.



**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Não.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Solicito o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São onze votos favoráveis e um voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O Regimento exige 4/5 dos manifestantes... Está aprovada a moção. Passamos ao Item 4. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Carlos Alves dos Santos. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Sidney Assis. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Terezinha Maria dos Santos. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor

Carmo Inácio Kern. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em coautoria com os deputados Coronel David e Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Osvaldo Candido Batista. Proposta pelo deputado Coronel David e transformada pela Casa, em razão do falecimento do ex-deputado estadual e advogado Antônio Braga. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida... Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Apenas para cumprimentar os vereadores de Paranaíba Zezinho, Cesar Moretti e Débora Moretti, que se fazem presentes.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — sem revisão do orador — Eu faço uso da palavra para um esclarecimento. Inclusive, hoje de manhã, estive em uma reunião com alguns contadores e, quando cheguei aqui, deputados manifestaram dúvida sobre o assunto. Já falei com os deputados Caravina, Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Gerson Claro e Gleice Jane; agora quero falar com todos. Todo ano — principalmente em ano eleitoral — criam-se narrativas. Hoje, vivemos num mundo de narrativas, e muitas vezes pessoas se aproveitam do ano eleitoral para construir narrativas com intenções claramente eleitoreiras. Estou falando do Programa de Autorregularização lançado pela Secretaria de Fazenda. E aí tentou-se disseminar que o Estado, que a Secretaria de Fazenda, estaria autuando milhares de contribuintes do Simples Nacional. Mas é exatamente ao contrário. O que a Secretaria fez — e está fazendo hoje — é utilizar instrumentos e mecanismos de que o Fisco do país inteiro dispõe há muito tempo. Deputada Mara Caseiro, todos os Estados e a Receita Federal têm um convênio pelo qual as operadoras de cartão de crédito são obrigadas a enviar aos fiscos as informações de transações com cartão de crédito e Pix. Isso é feito em todo o país. Ocorre que houve, no ano passado, alguns autos de infração. Por exemplo: se o contribuinte deixou de declarar aquilo que vendeu, ele é autuado e recebe uma multa — e essa multa, às vezes, é muito grande e inviabiliza até o pagamento. E o que o Governo do Estado fez? Fez o contrário do que se tenta disseminar ao dizer que o Estado está autuando mais de 30 mil contribuintes. Não é verdade! O que foi feito? Eu estou falando aqui como auditor da Receita Estadual que sou, antes de ser deputado. A Secretaria de Fazenda disponibilizou aos contribuintes uma ferramenta interna de fiscalização. Vejam um exemplo: a deputada Mara Caseiro tem um comércio que movimenta 100 mil reais; porém, as informações de que o Estado dispõe indicam 150 mil reais. Ora, em vez de o Estado autuar, ele está utilizando uma ferramenta interna para dizer o seguinte: "Comerciante Mara, a senhora tem a oportunidade de pagar essa diferença de forma espontânea". O que significa isso? Vou dar um exemplo muito claro, para não ficar no tecnicismo. O Simples Nacional, hoje, tem 75 mil contribuintes no Estado. A alíquota é variável, de acordo com o faturamento, mas a mais alta chega perto de 4%. Vamos supor que a sua empresa fature 15 mil reais por mês e, em determinado mês, não informe que vendeu 15 mil reais. Se o Estado

— como é comum, deputado Lidio Lopes, e qualquer Estado faz — constatar que há dívida, vai lá autuar. O auto significa multa, juros, e o valor do débito vai lá para cima. E mais ainda: quando se trata do Simples Nacional, se o contribuinte for autuado, em vez de pagar a alíquota menor, ele paga 17% mais multa e juros. Vou dar um exemplo claro: um contribuinte que deixou uma diferença de 15 mil reais — ele fatura 5 mil por mês; 180 mil por ano. Qual é a alíquota desse contribuinte, na parte que cabe ao Estado, dentro do Simples Nacional? 1,36%. Se ele for autuado, em vez de pagar 1,36%, vai pagar 17% mais multa. Voltando ao exemplo: esse contribuinte que omitiu 15 mil reais, se pagar espontaneamente, paga 204 reais. Agora, se ele for autuado, vai pagar quase 2,5 mil reais — dez vezes, ou mais de dez vezes, o valor que pagaria se permanecesse dentro do Simples Nacional. Hoje, inclusive, já anuncio aqui publicamente que o Governo vai fazer uma campanha de esclarecimento, porque toda inovação gera dúvidas, é natural. Mas a intenção é dar aos contribuintes segurança absoluta. A palavra "notificação" está errada. Eles não foram notificados. A secretaria disponibilizou aos contribuintes uma ferramenta interna utilizada para fiscalizar as empresas. "Olha, há aqui um apontamento de diferença entre o seu faturamento e aquilo que foi informado pelas instituições financeiras". Isso decorre de um convênio existente em todo o país. Todos os estados fazem isso. A diferença é que Mato Grosso do Sul, em vez de autuar de forma maciça, está apenas informando que há uma divergência. E, às vezes, essa divergência pode decorrer de mercadorias sujeitas à substituição tributária, de alguma devolução; eventualmente, o contribuinte pode corrigir a sua declaração e nem dever ao Fisco. Agora, se ele dever ao Fisco, como naquele exemplo que dei, terá a possibilidade de pagar 1,36%, se faturar até 180 mil por ano, em vez de, se fosse autuado, pagar 17% mais multa e juros. No exemplo que dei, em vez de pagar cerca de 204 reais, que seria o débito referente aos 15 mil reais, pagaria quase 2,5 mil reais — ou seja, mais de dez vezes o valor. O que eu quero dizer com isso? Não há essa infinidade de notificações. Porque, quando você notifica alguém, a pessoa já perde a chamada espontaneidade — ou seja, a possibilidade de pagar livremente, sem uma autuação que implique multas. Portanto, estamos falando de uma ferramenta que visa ajudar o contribuinte. Não há autuação em massa, nem essa autuação em massa será feita. Há, sim, a disponibilização inédita de uma ferramenta interna. A Receita Federal, em algum momento, dirá: "Olha, é isso aqui"? Não. Ela vai lá e já multar. O que o Estado está fazendo é diferente. Eu pedi à Secretaria de Fazenda e ao Governo do Estado, formalmente — até por ser uma inovação recente, da semana passada —, que façam esse esclarecimento aos contribuintes e aos contadores, ao Conselho Regional de Contabilidade. Até porque nós estamos num período de transição. Este é o primeiro ano de transição para a reforma tributária, que será implementada definitivamente em 2032. Então, não há que se falar em notificação. Acho que essa palavra, quem a usa, está equivocado. O contribuinte está sendo informado, tendo uma oportunidade. Porque a obrigação do Fisco é fiscalizar e autuar. E outra coisa: passou-se a ideia — alguns passaram essa ideia — de que o Governo agora criou um mecanismo para receber informações de cartão de crédito e Pix. Sabe de quando é essa lei? É de 2007. Desde 2007, as operadoras de cartão de crédito são obrigadas a fornecer ao Fisco as transações feitas com cartão de crédito. Está na Lei nº 1.810, que é o nosso Código Tributário Estadual. E todos os Estados do Brasil têm esse convênio. Então, isso não é uma coisa política, não tem a ver com o governador, não tem a ver com o presidente da

República. Esse modelo já existe. Inclusive, eu falei para o deputado Lidio Lopes que, em 2020, último ano em que atuei diretamente no Fisco, lavrei autos de infração com base nessa ferramenta — havia um valor "x" no cartão de crédito e um valor menor declarado. Fiz autuação lá em 2020. Ou seja, não é algo criado agora. Agora, sim, o Governo resolveu agir de forma diferente: em vez de fazer autuação em massa — que, pelo valor exorbitante das multas, poderia inviabilizar o negócio —, está oportunizando a regularização. Faço aqui esse esclarecimento, que será levado a todos os contribuintes que receberam essa informação — não é notificação — e também ao Conselho Regional de Contabilidade. Eu conversei ontem e hoje com vários contadores, esclarecendo algo que é positivo do ponto de vista do contribuinte. Não é, de forma nenhuma, aumento de carga tributária. Para finalizar, deputado Gerson Claro — acabou o meu tempo —, quero lembrar de algo de que pouco se fala: das vinte e sete unidades da Federação, Mato Grosso do Sul está entre as cinco com a menor alíquota interna de ICMS, de 17%. Somos nós, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. Há Estados cuja alíquota interna é de 17%; no Paraná é de 19,5%; no Rio de Janeiro, 22%. Nós temos uma das menores alíquotas do país. E o Governo agora está oportunizando ao contribuinte pagar os valores sem multa, sem nenhum tipo de correção. Era isso. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu ia pedir um aparte a Vossa Excelência, estou aqui na presidência, mas quero colaborar. Acho importante o esclarecimento de Vossa Excelência. E é importante também deixar claro que o Governo precisa, sim, ter esse comportamento. Se, efetivamente, a ideia fosse pegar cinco anos, multar e desenquadrar o empresário do Simples, estaria quebrando quarenta e cinco mil empresários. Com a manifestação do deputado Paulo Duarte, fica claro que o Governo está dando a oportunidade de a pessoa se manter no Simples, de se autodeclarar e de se regularizar. O Estado oportuniza que as pessoas se regularizem para frente, sem se desenquadrar do Simples — o que é de interesse de todos. E nós fizemos isso ano passado; aprovamos, deputada Gleice Jane, uma lei para os empresários que tinham benefício fiscal e não estavam cumprindo o termo. Porque, quando se ganha benefício fiscal, há um termo: tem que manter determinado número de empregos, determinada receita, determinado investimento. Muitas vezes, o empresário que precisava ter trezentos empregos tinha duzentos e cinquenta; o que precisava faturar 1 bilhão de reais faturava 900 milhões, enfim. Então, esse empresário não estava cumprindo o previsto, e poderia perder todo o benefício. O que nós aprovamos aqui na Assembleia foi que aquele empresário que não estivesse cumprindo o previsto mas que precisava ter trezentos empregados e tinha duzentos e oitenta porque implantou uma máquina para trabalhar e justificar isso, em vez de pagar 2% para o Fundo de Investimento, pagaria 13%, e não perderia o benefício fiscal. Então, quando o Governo permite que a pessoa não perca a possibilidade de continuar no Simples e de não ser multada, é positivo. Eu fico imaginando: como fica um dono de restaurante, deputado Paulo Duarte, se ele tiver que declarar, sem o Simples, cinco anos, e com multa de 100%, ele acaba tendo de fechar o restaurante. Eu espero que a gente mantenha esse comportamento do Fisco, de dar ao empresário a oportunidade de, dentro do Simples, regularizar sua vida e passar a contribuir com uma alíquota de 'um ponto alguma coisa' daqui para frente. Se for para olhar para trás, com 17%, eu vou assinar

junto com o deputado João Henrique a reclamação, porque não podemos deixar o empresário passar por isso. Mas eu tenho certeza de que o governador está pensando nessa mesma linha que esclarecemos aqui. E agradeço, inclusive, ao deputado João Henrique, que já chamou a atenção para esse assunto também. Registramos a presença dos vereadores Josenildo Nascimento, de Nova Andradina; José Benedito, de Nova Andradina; César Moretti, de Paranaíba; José Antônio, de Paranaíba; e Débora, de Paranaíba. Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — sem revisão do orador — Senhor presidente, não era minha intenção voltar à tribuna, mas a fala do deputado Paulo Duarte me conduziu de volta. Foi interessante vê-lo defender com tanta ênfase a figura do devedor contumaz, em contraposição ao que defendíamos. E também foi interessante vê-lo, quando o governador Eduardo Riedel começou a mudar essa posição, ter que desdizer tudo o que disse nesta tribuna, na nossa frente. Mas é interessante a fala do deputado Paulo Duarte, que sempre diz: "Sou auditor, sou isso, sou aquilo"; e critica as nossas posições, que são fundamentadas. O deputado Paulo Duarte acabou de dizer aqui — talvez ele não tenha o conhecimento técnico suficiente — que o governador Eduardo Riedel é prevaricador. Porque prevarica aquele que tem uma lei impositiva, que o obriga a adotar determinada conduta fiscal, e não o faz. Ele disse que o Estado já era obrigado a agir dessa forma desde 2007. Então, eu pergunto ao deputado que me antecedeu: por que assim não agiu o Governo? Por que o Governo decidiu, de uma hora para outra, instaurar esse "Big Brother" da e-Financeira?... Nós estamos dizendo aqui desde o começo que de gestor esse governador não tem nada. O Estado não está arrecadando. E ele notificou, sim, pois notifica aquele que comunica alguém para fazer algo. Há um crédito que ele gostaria, senhor presidente, de cobrar do contribuinte. E a nossa intervenção, senhor presidente — muito bem mencionada por Vossa Excelência — ganhou os quatro cantos deste estado, em defesa do contribuinte, com o projeto de decreto legislativo suspendendo o ato do secretário de Fazenda, que editou, de forma surpreendente, uma norma sem passar pela Assembleia Legislativa. Mudou um comportamento fiscal (segundo o deputado que me antecedeu, desde 2007 o senhor governador prevaricador — nas palavras dele — já era obrigado a agir dessa maneira) para promover uma arrecadação. Isso foi feito por um único motivo: o Estado precisa arrecadar. O governador errou a mão e determinou que o seu secretário de Fazenda assim procedesse. Esse é o fato. Agora, senhor presidente, traduzindo em miúdos para a população que nos assiste: aquela norma existente foi o que deu poderes ao secretário de Fazenda para agir assim. E o senhor tem razão, presidente: eles não vão suportar esse fardo e esse ônus porque estamos em período eleitoral. Vossas Excelências também receberam pressão de seus eleitores para, no mínimo, provocarem o esclarecimento que faz aqui o deputado Paulo Duarte, em nome do Governo. Vossa Excelência muito bem disse: "Se for assim, eu assino junto com o deputado João Henrique Catan." Mas o que é fato também é que precisamos, senhor presidente, suspender essa norma, porque assim daremos segurança e tranquilidade ao contribuinte, aos contadores, aos advogados, ao microempreendedor, às pessoas do Simples. E o que o deputado Paulo Duarte disse aqui: "Ora, autuei cartão de crédito quando eu era auditor." Melhor seria se tivesse ficado lá do que defender aqui na tribuna uma falsidade dessa. O que aconteceu?

As pessoas passaram a pagar mais via Pix, e o Governo quer ver o seu Pix para poder cobrar. "Ah, mas isso já valia para cartão de crédito e para maquininha". Sim! Mas eu pergunto: quando o Pix foi implementado, deputado Paulo Duarte? Esqueceu que foi o presidente Bolsonaro que instituiu isso? Esqueceu que esse comportamento decorre disso. Agora, deputado Paulo Duarte e governador Eduardo Riedel: aqui há uma grande diferença entre a visão de mundo da direita e da esquerda. Penso que, se o senhor, governador, tivesse um comportamento mais transparente e regrado, se o senhor não entregasse tantos os cofres do Estado para essas pessoas que o presidente mencionou, o cenário poderia ser outro. O presidente disse agora: "Pode haver beneficiários de renúncia fiscal que não cumprem o termo de acordo". Mas quem sabe disso? A Assembleia não tem acesso a esses dados. Isso é o que ouvimos, é o que se supõe, ou o que já vazou. A Assembleia não tem acesso a esses documentos. E digo isso porque o governador aumentou a renúncia fiscal, no primeiro ano dele, em 30% de tudo que Mato Grosso do Sul arrecada. Esse é o problema, governador. E a projeção dele é, até 2028 — Deus queira que não —, chegar a 13 bilhões de reais em renúncia fiscal, metade do nosso orçamento, sem saber se as pessoas estão cumprindo os termos de acordo de regimes especiais tributários diferenciados. E descontando o discurso que ele criou na campanha — mais um daqueles compromissos não cumpridos de apoiar o microempreendedor. São pessoas do Simples Nacional, governador! O senhor está monitorando o Pix igual ao Governo Federal, igual ao Lula. Bem disse o deputado Nikolas que isso iria acontecer. Agora, prestem atenção: esse "susto", essa sanha tributária, esse trator do Estado está passando por cima das pessoas que trabalham e produzem em seu estado. O medo do Leão instaurado na Secretaria de Fazenda fará com que profissionais liberais — infelizmente — deixem de transacionar dessa forma. As pessoas vão dizer: "Eu cobro tanto, mas se for em dinheiro, dou desconto." Isso vai acontecer em Mato Grosso do Sul por culpa do governador Eduardo Riedel e do deputado que me antecedeu, que defende a manutenção desse decreto do secretário de Fazenda. Nós precisamos derrubar esse decreto; e a única forma de fazê-lo é aprovar o PDL, senhor presidente. "Ah, não vou aprovar o PDL do deputado Catan!". Tudo bem! Revogue a norma, governador! Não diga que vai reunir meia dúzia de intelectuais, essas pessoas que só pensam em como tirar dinheiro do bolso do contribuinte e não em devolvê-lo em forma de políticas públicas. Um Governo sem entregas, sem obras, sem políticas públicas, que só arrecada. Então, governador, faça um compromisso sério e honrado com os contribuintes do seu estado! O senhor pegou um estado diferente do que está entregando; o senhor o pegou com 3 bilhões de reais em caixa, e está procurando esse dinheiro. Eu digo: não é no bolso do contribuinte de Mato Grosso do Sul que ele está. Revogue o decreto do seu secretário de Fazenda! Faça uma mensagem clara ao contribuinte! Sabe o que eles vão fazer? Vão reunir as pessoas e dizer: "Olha, nós não vamos cobrar os cinco anos, desistimos. No período eleitoral, eu não posso fazer isso. Sabem o que vamos fazer? Vão cobrar daqui para frente." Prestem atenção, contadores e empresários. "Vamos fazer isto: quando passar a eleição do governador Eduardo Riedel, se ele estiver eleito, vamos perseguir os cinco anos." Nós precisamos de uma garantia imediata! E a força política que esta Casa pode dar é a aprovação desse PDL. Muito obrigado, senhor presidente, pela fala, sempre em defesa da voz, da única voz de oposição



aqui nesta Casa, desde o primeiro dia de trabalho do governador Eduardo Riedel. Eu agradeço a Vossa Excelência por me ouvir.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Restaram algumas dúvidas. Eu vou ver o decreto. Penso que o ato do Governo não estabelece uma norma, até porque a norma é nacional — não é, deputado? —, e ela possibilita ao Estado usar, desde já, as informações. Então, o Estado não está inovando; ele pode usar as informações de acordo com a norma nacional. A ideia é dar ao cidadão a oportunidade de se autorregularizar, sem ser autuado e multado. Hoje, sem a norma que o Estado lançou, o fiscal pode ir lá e autuar a pessoa. Aliás, há pessoas que não são do Simples que já foram multadas. Então, se a ideia é a autorregularização, sem mudança no perfil, de modo que a pessoa continue no Simples, OK, nós vamos analisar os casos. Mas importante o fato de o senhor chamar a nossa atenção, para que possamos acompanhar, deputado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Agradeço. Este país não vai aguentar mais quatro anos — nem o nosso estado — dessa forma, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a Sessão. Muito obrigado a todos. Está encerrada (11h53min).